

EMBAIXADA DO BRASIL EM ABDIJÃ
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Os laços de amizade que caracterizam a história das relações entre o Brasil e a Costa do Marfim são antigos e apreciáveis. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecerem a independência do país, em 13 de agosto de 1960, e estabeleceu sua embaixada em Abidjã em abril de 1969. A Costa do Marfim, por sua vez, foi um dos primeiros países a abrirem embaixada em Brasília. Não seria exagero, portanto, afirmar que os dois países sempre estiveram muito próximos. O histórico das relações diplomáticas e de cooperação entre os países é muito rico e o potencial de complementaridade entre ambas economias, extremamente grande.

2. As relações são cordiais. Não existe qualquer problema ou atrito na agenda bilateral, o que não ocorria quando aqui cheguei no início de 2017 (ver abaixo item relativo ao embargo brasileiro ao cacau marfinense). O volume das trocas não é tampouco pequeno (entre 150 e 200 milhões de dólares nos dois sentidos nos últimos três anos), mas poderia ser muito maior à luz do grande potencial das duas economias.

3. A verdade é que, em função das sucessivas crises políticas e econômicas vividas por ambos países nas últimas décadas, as relações bilaterais são caracterizadas por uma relativa atonia e falta de dinamismo. Essa situação inercial deriva da pouca expressividade da presença empresarial brasileira neste país e do fato de a cooperação técnica brasileira ter-se reduzido substancialmente. Todos esses problemas têm feito com que o Brasil – em contraste com diversos países desenvolvidos ou emergentes (notadamente França, EUA, Japão, Itália, China, Marrocos, Índia, Turquia e Coréia do Sul), que têm explorado, com êxito, as oportunidades de negócios e investimentos existentes na economia marfinense – seja percebido aqui como o "grande ausente" do cenário diplomático e empresarial marfinense, ocupando um lugar marginal em relação à sua real dimensão diplomática, econômica e comercial.

4. A presença brasileira na Costa do Marfim já foi, no passado, muito maior que hoje. No final dos anos 60 e, sobretudo, durante toda a década dos 70, havia aqui agências do Banco do Brasil e do Banco Real, voo direto entre Abidjã e São Paulo/Rio, vendíamos bens de alto valor agregado como automóveis, tratores, aviões, equipamentos militares etc. Infelizmente, pelos motivos apontados, as relações bilaterais foram caminhando para uma situação de letargia.

5. O término da Guerra Civil em 2011 permitiu o início de um longo processo de normalização da vida política e econômica da Costa do Marfim e a colocação em prática de um plano estratégico com o objetivo de alcançar a condição de país emergente até o ano de 2020.

Efetivamente, o país conheceu altas taxas de crescimento econômico nesse período (superiores a 7%), mas esse projeto, para se concretizar, requererá esforços substanciais em prol da transformação do perfil da economia marfinense, ainda muito dependente da exportação de ‘commodities’ (cacau, café e castanha de caju, entre outras) e, portanto, vulnerável à alta volatilidade dos preços internacionais desses produtos. Vale dizer, dependerá de uma mudança estrutural da economia, de forma a assegurar maior valor agregado a seus produtos de exportação, mediante o máximo possível de processamento industrial ‘in loco’.

6. Como uma das principais potências agrícolas e industriais do mundo tropical, se não a maior, o Brasil tem condições objetivas de muito contribuir para o esforço da Costa do Marfim em busca da emergência. O crescimento expressivo e sustentado da economia do país nos últimos anos demonstra que o potencial do país é expressivo. Poderíamos, desse modo, estabelecer parcerias para explorar de forma mutuamente vantajosa os diversos nichos de oportunidade existentes na economia marfinense.

7. Ao longo desses anos em que estive à frente da embaixada em Abidjã, pude testemunhar o crescente interesse do setor empresarial brasileiro pelas oportunidades de negócios oferecidas pela economia marfinense. Alguns importantes contratos de exportação de bens industriais (ônibus, carretas e material de transporte em geral), em valor superior a US\$ 100 milhões, foram assinados em 2019 e seus resultados começarão a ser computados neste ano.

8. As perspectivas de incremento de nosso intercâmbio bilateral são, portanto, promissoras. Mas é necessário que o esforço exportador brasileiro seja persistente no tempo e que não se dilua diante da primeira dificuldade.

9. Ao longo do período em que exercei as funções de chefe da missão diplomática do Brasil em Abidjan, a Embaixada logrou cumprir relevante agenda de trabalho, como se verá a seguir.

Embargo brasileiro às importações de cacau da Costa do Marfim

10. A suspensão das importações brasileiras de cacau da Costa do Marfim, imposta no segundo semestre de 2012 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em razão de problemas fitossanitários encontrados em um carregamento de cacau marfinense entregue no Brasil, era o principal problema das relações bilaterais quando cheguei em Abidjã.

11. Efetivamente, a falta de respostas concretas de nossa parte para superar esse problema criava grande irritação nas autoridades da Costa do Marfim que, na condição de maior produtor mundial dessa matéria-prima, exportava normalmente cacau para todos os grandes mercados consumidores (EUA, União Europeia, Japão, China etc.), onde não encontrava restrições de natureza fitossanitária para vendas. Porém, desde 2012 não conseguia acesso ao mercado brasileiro.

12. À luz da frustração da parte marfinense com esse tema, havia o receio de que a persistência da suspensão do embargo às importações de cacau do país poderia vir a constituir fator prejudicial para o acesso de bens e serviços brasileiros ao mercado local. Adicionalmente, temia-se que o governo marfinense viesse a suscitar o assunto no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

13. Em suma, a persistência dessa situação gerava mal-estar e prejudicava a interlocução com o governo marfinense, o que poderia inviabilizar, na prática, a expansão e diversificação das relações bilaterais, tanto em sua vertente político-diplomática como em sua dimensão econômico-comercial. Poderia também prejudicar as perspectivas de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

14. Após um longo trabalho desta embaixada e do Itamaraty, o levantamento da suspensão às exportações de amêndoas de cacau marfinense ao Brasil foi finalmente decidido pelo MAPA em 27/03/2018. Para tal, muito contribuiu a visita do então chanceler brasileiro a Abidjã em 2017.

Visita do chanceler Aloysio Nunes Ferreira Filho, em outubro de 2017

15. No âmbito de sua visita a Abidjã, em 13/10/2017, o chanceler Nunes foi recebido em audiência pelo presidente Alassane Ouattara e manteve encontro de trabalho com o ministro dos Negócios Estrangeiros Marcel Amon-Tanoh. Ambos os encontros se deram em atmosfera de grande cordialidade.

16. Durante a audiência, o então chanceler Nunes expressou ao mandatário marfinense a especial importância de que se reveste a África em geral e a Costa do Marfim em particular para a política externa brasileira. Nesse sentido, assegurou a disposição da parte brasileira de continuar a trabalhar conjuntamente com vistas a possibilitar o mais rapidamente possível o levantamento da suspensão de importações de cacau marfinense pelo Brasil, tendo formulado convite, em nome do então presidente Michel Temer, para que o presidente Ouattara visitasse o Brasil. Outros temas discutidos:

Reativação da Comissão Mista

17. Em visita a Brasília do chanceler Charles Koffi Diby, realizada em 04/02/2014, foi assinado Memorando de Entendimento para a Reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Técnica, Cultural, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Costa do Marfim. Seu sucessor, o chanceler Marcel Amon Tanoh voltou a tocar no assunto por ocasião da entrega das minhas cartas figuradas e expressou o interesse da parte marfinense em realizar a primeira reunião da Comissão Mista bilateral.

18. Em minhas comunicações com o Itamaraty, sempre expressei ser favorável a essa proposta de reativação, considerando-a oportuna e pertinente, visto que poderia contribuir muito positivamente para o relançamento das relações bilaterais. Em outros termos, esse exercício poderia permitir passar em revista os diversos aspectos das relações entre ambos países, com o objetivo mais amplo de identificar oportunidades e adotar medidas conducentes ao aprofundamento e expansão do relacionamento bilateral.

19. O memorando de entendimento que convencionou reativar a Comissão Mista estipula, em seu artigo terceiro, que a mesma será presidida pelos ministros das Relações Exteriores ou quaisquer autoridades designadas para esse fim. Para além dos aspectos puramente político-diplomáticos, a realização da I Reunião da Comissão Mista bilateral propiciaria condições para ampliar os níveis de comércio e investimentos entre ambos países. Ressalto que a economia marfinense tem crescido nos últimos anos a altas taxas médias e constitui a segunda maior

economia da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), o mecanismo de integração regional sob a forma de união aduaneira que congrega 15 países com economias dinâmicas, população expressiva (da ordem de 350 milhões de indivíduos) e com poder aquisitivo crescente.

20. Desde a minha chegada ao posto, em janeiro de 2017, sempre foi-me ressaltado, pelas autoridades locais, o interesse do governo marfinense em diversificar e adensar as relações bilaterais via, particularmente, a mencionada retomada das consultas políticas entre os nossos dois países por meio da Comissão Mista, cuja última reunião foi realizada em fevereiro de 2014.

Estabelecimento de conexão aérea direta entre Brasil e Costa do Marfim

21. O chanceler marfinense manifestou haver interesse de seu governo no estabelecimento de conexão aérea direta entre Abidjã e São Paulo. Precisou que essa conexão deveria ser assegurada por empresa brasileira, pois a Air Côte d'Ivoire, companhia estatal marfinense, é pequena e não teria condições de operar esses voos. Foi-lhe indicado que, segundo a prática brasileira, a concretização desse projeto dependeria do interesse das companhias aéreas brasileiras em operar essa rota.

22. O estabelecimento de conexão aérea direta entre a Costa do Marfim e o Brasil seria oportuno e conveniente para a expansão e diversificação das relações bilaterais. Essa medida, caso implementada, tenderia a produzir impacto positivo no fluxo de comércio entre os dois países.

Cooperação do Brasil para a formação de diplomatas marfinenses

23. Em audiência que me concedeu em março de 2017, o PR Ouattara havia enfatizado o interesse do governo marfinense em estabelecer programa de trabalho com o governo brasileiro com vistas a reproduzir a experiência do Instituto Rio Branco para a criação de academia diplomática neste país, salientando que a Costa do Marfim tem muito a aprender com o Brasil nessa matéria. Em setembro de 2017, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitou-me o exame da possibilidade da outorga de bolsas para a formação de diplomatas marfinenses no IRBr.

24. Esse tema constou, assim, das conversações entre o ministro Nunes e o PR Ouattara, tendo sido a este assegurada a disposição da parte brasileira de acolher favoravelmente essa demanda. Em função dos respectivos calendários políticos internos (eleições presidenciais no Brasil e aceleração da campanha para eleições presidenciais igualmente na Costa do Marfim), a maior parte desses temas continua, contudo, em aberto.

25. Apesar disso, é inegável que a visita de um chanceler brasileiro à Costa do Marfim depois de 34 anos (a última tinha ocorrido em 1983, com Ramiro Saraiva Guerreiro) teve impacto altamente positivo, sendo muito bem recebida pelas autoridades marfinenses que nela viram uma prova concreta do interesse do Brasil em relançar as relações bilaterais.

Comércio bilateral – Características e principais desafios

26. Em 2019, as exportações brasileiras para o mercado marfinense totalizaram US\$ 61 milhões, contra US\$ 66,09 milhões em 2018 e US\$ 72,62 milhões em 2017. Esse decréscimo de US\$ 11,62 milhões (-16%) nos últimos três anos mostra que nossas exportações são pouco

dinâmicas, o que nos coloca numa posição secundária no mercado local, no qual somos ultrapassados mesmo por países menos competitivos, como o Marrocos e a Turquia. Os dados revelam, ademais, ao se analisar o seu perfil, que os principais produtos exportados têm sido basicamente bens agrícolas de baixo valor agregado: açúcar e carnes bovina, suína e de frango. Apenas uma pequena parte tem sido de bens industriais: papel e cartão, máquinas para terraplanagem e, em 2019, veículos rodoviários (14% do total).

27. No ano passado, as exportações da Costa do Marfim para o mercado brasileiro alcançaram US\$ 152,9 milhões, contra US\$ 55,26 milhões em 2018, e US\$ 72,62 milhões em 2017. Ou seja, o total das vendas marfinenses para o Brasil quase que dobrou no período em questão, tendo ocorrido um acréscimo de US\$ 80,28 milhões (+ 90%) entre 2017 e 2019. Os principais produtos exportados pela Costa do Marfim foram cacau em bruto ou torrado, látex e borracha natural, e castanha de caju.

28. Os últimos dados do comércio bilateral revelam que com o fim, em 27 de março de 2018, do embargo às importações de amêndoas de cacau originárias da Costa do Marfim, as indústrias processadoras brasileiras retomaram as suas compras no mercado local, que atingiram US\$ 10,88 milhões em 2018 (20% do total importado) e US\$ 119 milhões em 2019 (78%), devolvendo a essa matéria prima a sua tradicional posição de principal produto na pauta de exportações marfinenses para Brasil.

29. As principais conclusões a serem tiradas desses dados estatísticos sobre o comércio bilateral nos últimos três anos são: a) as exportações da Costa do Marfim para o mercado brasileiro tiveram grande dinamismo em termos de valor (+ 90%), como também apresentaram sinais positivos em termos de diversificação, com o aparecimento de dois novos produtos (borracha e castanha de caju), que tendem a ganhar cada vez mais importância relativa na pauta exportadora local; b) pelo lado das exportações brasileiras para a Costa do Marfim, nota-se infelizmente tendência de estancamento na faixa dos US\$ 50-70 milhões anuais.

30. Essa falta de dinamismo e fôlego é notória. Em anos favoráveis, o total exportado sobe um pouco e, em anos menos propícios, volta a regredir a patamares pouco compatíveis com o potencial global da nossa economia e das nossas exportações, tanto de produtos primários quanto de bens industriais (países como Marrocos e Turquia chegam a exportar anualmente para a Costa do Marfim cinco vezes mais do que o Brasil). Em meados dos anos 2000, nossas exportações para a Costa do Marfim alcançavam uma média de US\$ 70 milhões (US\$72,2 milhões em 2006). Nos anos de crise política no país africano retrocederam com força e nos anos recentes voltaram a subir, mas nunca atingiram valores substantivos, sempre ficando na faixa entre 50 e 70 milhões de dólares.

31. As causas desse torpor inercial são múltiplas: aversão ao “risco” africano por parte dos nossos exportadores, falta de fontes de financiamento, inexistência de revendedores e representantes locais para os bens industriais que poderiam interessar os compradores marfinenses (sobretudo tratores e máquinas agrícolas para o beneficiamento de produtos como cacau, café, castanha de caju etc), inexistência de vôo direto entre Abidjã e São Paulo/Rio de Janeiro,

exportações brasileiras nas mãos de poucos ‘traders’, presença pouco expressiva e concreta do setor empresarial brasileiro no mercado local.

32. É bem verdade, por outro lado, que o total das nossas exportações para a Costa do Marfim é “enganoso” em decorrência da existência de operações triangulares praticadas por grandes grupos multinacionais com presença no país. Assim, vê-se comumente na prateleira dos principais supermercados locais – geralmente pertencentes a empresas francesas (Carrefour, Casino) e a outras de capital local controlada por libaneses (Cap Sud e Nord) – produtos brasileiros como carne bovina e de frango, toalhas e roupas de cama, tesouras, facas e talheres em geral (Tramontina).

33. Estes, contudo, não são contabilizados nos dados oficiais do comércio bilateral, pois possivelmente entram no país como sendo de origem francesa ou libanesa. De todo modo, se fossem registrados como brasileiros, representariam alguns poucos milhões de dólares a mais e não mudariam significativamente o quadro de sonolência das nossas exportações. Para tal, seria necessário persistência, restabelecimento de fontes seguras de financiamento e uma aposta de mais longo prazo por parte dos nossos exportadores no potencial da economia local. Esta é uma das mais promissoras e diversificadas do continente africano (a Costa do Marfim é a primeira produtora mundial de cacau e de castanha de caju, a sétima do mundo em termos de produção de borracha), apresentando ano a ano taxas “asiáticas” de crescimento econômico, com a constituição de uma classe média com bom poder aquisitivo. Oportunidades existem para os nossos investimentos e exportações. Cabe agora concretizá-las e trabalhar com afinco para “recolocar o Brasil no mapa da Costa do Marfim”.

34. Já fomos aqui importantes. Como mencionado anteriormente, na década de 1970, imediatamente após o estabelecimento da nossa embaixada em Abidjã, durante o Governo Costa e Silva, a presença do Brasil era significativa. Existiam agências do Banco do Brasil e do Banco Real, escritório da Petrobrás, voo direto da Varig para Rio/São Paulo (eram 2 voos semanais, sempre lotados, sobretudo por sacoleiros marfinenses que iam ao Brasil para comprar roupas, sapatos, eletrodomésticos etc). Segundo relato dos funcionários mais antigos da embaixada, em Abidjã havia uma infinidade de lojas especializadas na revenda desses produtos brasileiros. Hoje, os sacoleiros locais somente trabalham com produtos “made in China” ou “made in Turkey”. Também exportávamos automóveis, caminhões, tratores e máquinas agrícolas para o beneficiamento de cacau e café – havia uma empresa local, a Brasivoire, que trabalhava somente com maquinaria agrícola brasileira. Vendíamos aviões, tanques e material militar dos mais variados tipos.

35. Temos um enorme capital de simpatia junto às populações locais. Apesar de o futebol brasileiro estar em baixa, é enorme a quantidade de pessoas que circulam alegremente pelas ruas de Abidjã vestindo a camisa amarelinha da Seleção. Quando falamos que somos brasileiros, abrem-se imediatamente os sorrisos. Somos (ainda) vistos como um exemplo a ser seguido pela Costa do Marfim (e países africanos em geral) no seu esforço para alcançar a “emergência”.

36. Todos esses atributos positivos não são, entretanto, aproveitados como deveriam. O fato concreto é que, hoje, as nossas exportações são ínfimas em relação ao potencial da economia brasileira e às boas oportunidades existentes no mercado local.

37. Os exportadores brasileiros interessados no continente africano devem sim ousar mais. Mas para tal precisam, antes, contar com um ambiente político-econômico propício (tanto a nível interno como externo) e, sobretudo, com fontes privadas e estatais de financiamento que sejam ao mesmo tempo abundantes e seguras. Ou seja, que reduzam ao máximo os riscos de não-pagamento.

38. Apesar desse relativo torpor, negociações promissoras foram travadas, em 2019, por empresas brasileiras de bens industriais de alto valor agregado, tais como a Embraer para a venda de aviões comerciais para a Air Côte d'Ivoire e de material de defesa. Algumas das quais, inclusive, já resultaram na assinatura de importantes contratos de exportação.

39. A empresa brasileira Randon exportou para a Costa do Marfim, em julho de 2019, tanque para transporte de diesel (via caminhão). Segundo a fabricante de implementos rodoviários, trata-se de uma transação inicial de US\$ 60 mil que abre negociações futuras para até 150 unidades por ano. Ainda de acordo com a Randon, a estratégia adotada é a de iniciar o relacionamento com a empresa local Lassire, instalada em Abidjã, com volumes menores e com produtos já montados. No futuro, a operação deve evoluir para a modalidade CKD, ou seja, com o envio dos implementos desmontados para posterior montagem e comercialização locais.

40. A fabricante brasileira de ônibus Marcopolo forneceu, em agosto de 2019, 30 veículos para a UTB (Union des Transports de Bouaké) e AVS Transport, duas das maiores companhias de transporte da Costa do Marfim. Trata-se de transação de aproximadamente US\$ 3,6 milhões. As unidades serão destinadas para serviços interurbanos. Os veículos, todos do modelo Viaggio 1050, equipados com chassis Volvo, são capazes de transportar 62 passageiros e possuem vários itens de conforto. Segundo representantes da empresa brasileira existe possibilidade de investimento direto brasileiro para a montagem posterior de veículos “in loco” no futuro.

41. A montadora sueca Scania assinou, em dezembro de 2019, acordo comercial com o Ministério de Transportes da Costa do Marfim e a Société de Transport d'Abidjan (SOTRA) para a entrega de 450 veículos que serão produzidos Scania-Brasil (motor e chassi) e Marcopolo (carroceria). A entrega será constituída por 400 ônibus de 13 metros movidos à gasolina, de valor unitário de 199.300 euros, e por 50 ônibus articulados movidos a gás natural comprimido, de valor unitário de: 336.600 euros. Em adição aos 450 ônibus, serão igualmente entregues pela Scania 25 micro-ônibus da Volkswagen Caminhões do Brasil para transporte do pessoal da SOTRA.

42. Uma vez concluída a negociação financeira – ainda em andamento, 10 ônibus deverão ser entregues antes de 31 de outubro de 2020 e os demais até o final de 2021. Essas operações comerciais, que atingem quase 120 milhões de euros, são as mais importantes dos últimos tempos, demonstrando que a pauta exportadora brasileira tem potencial para dar, a curto e médio prazos, um grande salto qualitativo e quantitativo.

Visita do vice-presidente Duncan ao Brasil e criação do Centro de Excelência contra a Fome

43. O vice-presidente da Costa do Marfim, Daniel Kablan Duncan, visitou o Brasil no período de 13 a 16 de dezembro de 2017, no contexto da candidatura marfinense para sediar o Centro de Excelência para o Combate a Fome na África Ocidental. O objetivo foi o de familiarizar-se “in loco” com as boas práticas brasileiras em matéria de políticas de inclusão social e no campo do fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

44. O governo marfinense, ciente da necessidade premente de melhorar os indicadores de desenvolvimento humano de sua população, como condição essencial para a elevação da Costa do Marfim à condição de país emergente, sempre viu o Brasil como modelo a ser copiado. Nesse contexto, lançou, no início desse mesmo ano, a iniciativa intitulada "Fome Zero", programa de transferência condicionada de renda à semelhança do "Bolsa Família" brasileiro, e anunciou a sua candidatura para sediar centro de excelência contra a Fome que estava em vias de ser criado na África Ocidental.

45. Em sua visita ao Brasil, Duncan visitou o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, baseado em Brasília, visto como modelo para a criação do centro em Abidjã. A candidatura marfinense prosperou e, no dia 25 de março de 2019, foi inaugurado, nesta capital, o Centro de Excelência contra a Fome e a Má-nutrição na África do Oeste e Central. Fruto de um memorando de entendimento entre o Governo da Costa do Marfim e o PMA, a nova instituição teve como modelo a experiência bem-sucedida de cooperação Sul-Sul do centro brasileiro.

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD-FAD)

46. Em setembro de 2014, o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento — que compreende, ademais do BAD, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o "Nigeria Trust Fund" — voltou a instalar sua sede em Abidjã. Vale recordar que, em 2003, o BAD havia transferido temporariamente suas instalações para Túnis, em decorrência da deterioração das condições de segurança na Costa do Marfim. Desde a reinstalação do Grupo BAD na capital marfinense, esta embaixada tem trabalhado ativamente no acompanhamento de assuntos de interesse para o governo brasileiro junto àquela instituição.

Organização Internacional do Cacau (OICACAU)

47. Uma das atribuições desta embaixada é acompanhar os trabalhos da Organização Mundial de Cacau, cuja sede foi transferida, em abril de 2017, de Londres para Abidjã. Dentro desse contexto, nestes últimos três anos e meio chefiei várias delegações brasileiras que participaram de reuniões do Conselho Internacional do Cacau e órgãos subsidiários. Em todas elas, além da definição de estratégias para proteger o setor cacauícola e, acima de tudo, a adoção de medidas apropriadas para melhorar o preço deste produto em benefício dos produtores, a preocupação foi sempre a de buscar que o Brasil assuma lugar de destaque na organização. Por ser ao mesmo tempo grande produtor e consumidor de cacau, o Brasil — único país no mundo que cultiva e processa cacau em grande quantidade, além de ser produtor e grande mercado consumidor de chocolate —

pode e deve ocupar uma posição de maior liderança. A longa tradição brasileira no domínio da tecnologia de processamento do cacau pode ser de enorme valia para os países africanos que buscam agregar mais valor à sua produção de cacau.

48. Importante vitória foi conquistada na 100a. Reunião do Conselho Internacional de Cacau e na 8a Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Revisão ao Acordo Internacional do Cacau de 2010, realizadas em Abidjã, de 9 a 12 de setembro de 2019, com a inclusão do Brasil no "Anexo C" do referido acordo como "País Produtor e Exportador de Cacau Fino ou de Aroma", o que abre perspectivas promissoras para o cacau brasileiro no mercado internacional. O cacau fino e de aroma é identificado por apresentar sabores diferenciados, desde frutados, florais, amadeirado, entre outros. A definição leva em consideração as características genéticas (origem), local ('terroir') e o tratamento das amêndoas pós-colheita.

49. O comércio mundial de cacau e chocolate fino atende a um mercado de nicho e representa menos de 5% do total comercializado entre os países. Contudo, o produto tem preço elevado, podendo custar até três vezes mais do que o cacau comum ou a granel, conhecido como 'bulk'. A inclusão do Brasil no Anexo C do referido Acordo como "País Produtor e Exportador de Cacau Fino" recompensou as boas práticas agrícolas da cacaicultura brasileira, respeitosa do meio ambiente e guiada pelos princípios da sustentabilidade. Foi, ademais, um reconhecimento da grande qualidade do nosso produto, que passou a ganhar posição de destaque no mercado internacional.

Cooperação Educacional

50. No plano cultural e educacional, continuam em andamento os programas de PEC-G e PEC-PG. Foram 66 estudantes (63 do PEC-G e 3 do PEC-PG) que se beneficiaram das bolsas brasileiras de 2013 a 2020 — os quais têm sido muito construtivos para criar vínculos entre os dois países e, sobretudo, gerar localmente uma massa importante de futuros formadores de opinião que falam português, conhecem o Brasil e são nossos amigos. Muitos desses marfinenses que estudaram no nosso país ocupam hoje lugar de destaque na sociedade e no governo local.

Situação política interna e regional

51. Durante os anos em que aqui estive, acompanhei com muita atenção o complexo processo de pacificação política levado a cabo pelo presidente Ouattara desde o final da guerra civil, em 2011. Em 2020, ano de eleições presidenciais na Costa do Marfim, um de nossos principais trabalhos tem sido acompanhar e informar o Brasil sobre todos os desdobramentos desse processo. Em meus contatos com as autoridades locais tenho transmitido o desejo do governo brasileiro de que as eleições sejam democráticas, livres, transparentes e pacíficas.

52. A Costa do Marfim é um país importante na África, com atuação destacada em todas as grandes iniciativas que visam reforçar a integração política e econômica africana. Nesse sentido, a Embaixada tem acompanhado e informado sobre a participação do país no processo de criação da

nova moeda da africana ocidental, o ECO, bem como da Zona de Livre Comércio Continental Africana.

Visita ministerial - escala técnica em dezembro de 2019

53. Por fim, destaco o encontro do ministro das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, com o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, embaixador Diabaté Daouda, e o diretor-adjunto do gabinete do hanceler Marcel Amon-Tanoh, embaixador Vacaba Diaby, no dia 13 de dezembro de 2019, durante escala técnica em Abidjã. Ainda que rápida, a visita possibilitou uma troca de informações muito interessante sobre o processo político e econômico em curso nos dois países, bem como sobre o atual estado das relações internacionais. Esse primeiro contato demonstrou a grande convergência de interesses existente entre os dois países. Caberá agora aprofundá-lo, para que a Costa do Marfim também seja peça importante na política externa para a África do atual governo.